



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



EVANEIDE SANTOS ROCHA FILHA

**DIGNIDADE E SAÚDE MENTAL: a importância do tratamento psicológico para
Policiais Militares**

GOIÂNIA-GO

2025

EVANEIDE SANTOS ROCHA FILHA

**DIGNIDADE E SAÚDE MENTAL: a importância do tratamento psicológico para
Policiais Militares**

Artigo Científico apresentado como exigência
para conclusão da disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso da Pós-Graduação em
Polícia e Segurança Pública pelo Comando da
Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a
orientação do Profa. Esp. Loiane Ribeiro.

GOIÂNIA-GO

2025

DIGNIDADE E SAÚDE MENTAL: a importância do tratamento psicológico para Policiais Militares

DIGNITY AND MENTAL HEALTH: the importance of psychological treatment for Military Police Officers

Evaneide Santos Rocha Filha¹

Loiane Ribeiro²

Resumo

O presente artigo destaca os obstáculos enfrentados pelos policiais, quando arriscam suas vidas diariamente em jornadas exaustivas na fiscalização da criminalidade. Esse quadro de alta pressão contribui para o aumento de doenças como a depressão, ansiedade e burnout em policiais militares, conforme informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, que apontam um aumento de 26,2% na taxa de suicídio entre policiais militares. Portanto, considerando a rotina desgastante dos policiais de segurança pública, faz-se necessário a implementação de políticas públicas que garantam condições dignas de vida aos agentes, para que a dignidade humana, direito previsto na Constituição Federal, possa ser respeitada, pois a Carta Magna traz como princípio fundamental os direitos e garantias dos indivíduos, abarcando também os policiais militares que arriscam as suas vidas em prol da sociedade. Diante disso, o texto defende a relevância do tratamento psicológico adequado e da implementação de políticas públicas que garantam cuidados contínuos com a saúde mental desses profissionais, assegurando-lhes dignidade e qualidade de vida.

Palavras-chave: Saúde Mental; Policial Militar; Tratamento Psicológico.

Abstract

This article highlights the challenges faced by public security professionals, who risk their lives daily in exhausting shifts to combat crime. This high-pressure scenario contributes to the increase in cases of depression, anxiety and burnout among police officers, according to data from the Brazilian Public Security Yearbook 2024, which indicates a 26.2% increase in the suicide rate among military police officers. Therefore, considering the exhausting routine of public security agents, it is necessary to implement public policies that guarantee a good quality of life for professionals, so that human dignity, a right provided for in the Federal Constitution, can be respected, since the Magna Carta establishes as a fundamental principle the rights and guarantees of individuals, also encompassing military police officers who risk their lives for the benefit of society. In view of this, the text defends the importance of adequate psychological treatment and the implementation of public policies that guarantee continuous care for the mental health of these professionals, ensuring their dignity and quality of life.

Keywords: Mental Health; Military Police; Psychological Treatment.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: evaneide.santos97@gmail.com. Telefone: (94)98433-5587.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Especialista em Políticas de Segurança Pública. Email: loianenf@gmail.com. Telefone: (62)98187-7541.

1 INTRODUÇÃO

O exame da saúde mental e as conexões com direitos constitucionais e humanos no campo militar apresenta relevância elevada. Os membros da segurança pública se deparam a cada dia com contextos que provocam exaustão e tensão, como o manejo de infrações com violência severa, enfrentamentos com armas, ameaças persistentes e escalas de serviço prolongadas, o que inicia padrões de depressão, ansiedade e estresse pós-traumático devido à sequência das atividades.

A ausência de dados minuciosos sobre índices de depressão, ansiedade ou suicídios no território goiano não indica que esses eventos deixem de existir. Os efeitos particulares na rotina do policial se juntam à carência de assistência psicológica, que prejudica a execução apropriada das funções, visto que o policial permanece com emoções deterioradas, resultando em redução no domínio das respostas e em métodos de intervenção impróprios ou aplicação de força de forma inadequada.

A ocupação policial requer produção elevada em circunstâncias de tensão aguda, e ocorre com frequência que os operadores elaborem desordens mentais ao decorrer da trajetória profissional. Diversas entidades policiais não providenciam a proteção requerida para tratar esses temas, gerando repercussões intensas, como a força exercida de modo excessivo, falhas em escolhas vitais e, nas ocorrências mais graves, o suicídio. O eixo da investigação reside em apreender de que modo a deficiência de assistência emocional interfere no balanço mental dos policiais militares e os reflexos para a coletividade. O projeto em questão expõe o significado do atendimento psicológico para que os policiais militares, esses operadores que atuam sem interrupção no enfrentamento à delinquência, consigam preservar procedimentos adequados e conforme as normas legais.

O eixo deste artigo reside em avaliar o peso do atendimento psicológico permanente para policiais militares e os reflexos na dignidade e nas circunstâncias de existência desses operadores, mediante o reconhecimento dos transtornos mentais predominantes que os policiais militares enfrentam; o exame da conexão entre a carência de atendimento psicológico e o surgimento de depressão, ansiedade e suicídio; a verificação das políticas governamentais vigentes direcionadas ao atendimento psicológico nas estruturas militares; a indicação de ações e planos vigentes direcionados ao atendimento psicológico nas estruturas militares.

O estudo prossegue com uma metodologia qualitativa e descritiva, para apreender de modo detalhado os reflexos da carência de atendimento psicológico nas estruturas militares. A investigação se apoia na análise de literatura de textos científicos, documentos institucionais e

métricas estatísticas associadas à saúde mental no âmbito da segurança pública. Ocorre ainda uma compilação de dados sobre desordens emocionais entre componentes da polícia, associada a uma avaliação rigorosa das orientações estatais em operação. O processamento dos dados coletados facilita o cotejo entre a experiência real nas unidades militares e as prescrições orientadas ao equilíbrio mental dos operadores da segurança, para detectar lacunas presentes e indicar progressos na implantação de projetos de assistência psicológica com maior efetividade.

2 REVISÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 define a segurança pública como uma obrigação estatal, detalhando no artigo 144 as organizações responsáveis por manter a ordem social e salvaguardar cidadãos e bens (Brasil, 1988). Dentre elas, destacam-se a polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares e polícias penais em níveis federal, estadual e distrital. Essa configuração normativa ilustra o arranjo do aparato de segurança no país, no qual as polícias militares operam de maneira preventiva para conter crimes e assegurar a proteção coletiva, conforme estipulado na lei maior.

Os agentes da polícia militar lidam com uma agenda diária carregada de obrigações intensas, confrontando regularmente delitos graves e violações, o que gera elevados graus de estresse (Souza et al., 2012). Tal contato contínuo com cenários perigosos não só abala o equilíbrio psicológico, como também afeta a eficiência das ações, podendo resultar em equívocos durante operações.

A falta de um mecanismo organizado de apoio aos trabalhadores da área de segurança pelo governo representa uma deficiência notável, já que esses indivíduos, como qualquer pessoa, estão expostos a perigos substanciais de problemas psicológicos (Ales; Sá, 2016). Iniciativas governamentais destinadas a enaltecer o ofício policial e fomentar o bem-estar mental tornam-se essenciais para valorizar a essência desafiadora e nobre dessa ocupação, prevenindo que o esgotamento progressivo cause danos tanto pessoais quanto sociais.

Investigações no campo psicológico revelam que distúrbios mentais surgem através de mudanças marcantes no raciocínio, nas atitudes e no controle afetivo de uma pessoa. A depressão é marcada por sentimentos de tristeza profunda, vazio ou irritação, junto a outros sinais que prejudicam o funcionamento cotidiano. Por outro lado, a ansiedade relaciona-se a

reações de temor ou evasão em face de contextos particulares, muitas vezes ativadas por demandas excessivas, semelhantes às vivenciadas na rotina policial (Costa et al., 2007).

Análises demonstram que os policiais exibem uma suscetibilidade particular ao surgimento de síndrome de esgotamento profissional, um estado definido por fadiga corporal, afetiva e cognitiva, originado de turnos extensos, expressando-se em indícios como cansaço crônico, problemas de sono e desconfortos físicos (Liveira; Bardagi, 2009). Essa fragilidade intensifica-se em ambientes de segurança pública, nos quais a tensão prolongada pode diminuir a habilidade para decisões assertivas, impactando a qualidade das intervenções policiais e as interações comunitárias.

O suicídio, uma questão crítica que atinge numerosos agentes, demanda foco especial. Estatísticas internacionais revelam que anualmente, milhões de indivíduos falecem por suicídio globalmente (Organização Mundial da Saúde, 2014). No contexto brasileiro, documentos do Ministério da Saúde apontam para um crescimento expressivo nas incidências de suicídio de 1980 a 2012, com ênfase em localidades como Santa Catarina, que registrou níveis altos nesse intervalo, atingindo 8,6 casos por 100 mil residentes em 2012, em comparação a 5,2 na média do país (Brasil, 2021).

Esses padrões indicam uma direção alarmante no bem-estar psicológico da sociedade, com consequências imediatas para os trabalhadores da segurança pública, que encaram ameaças ampliadas pela essência de suas atividades. Iniciativas nacionais recentes voltadas à prevenção do suicídio salientam que, de 2015 a 2022, mais de 12 mil agentes civis e militares no Brasil receberam diagnósticos de condições mentais, abrangendo ansiedade, depressão e síndrome do pânico (Brasil, 2024).

Documentos atualizados mostram que, de 2018 a 2023, ocorreram 470 óbitos de policiais militares em atividade, vários deles intencionais. Em 2023, esses profissionais foram os mais impactados por suicídios na área de segurança pública, com 64 registros confirmados, elevando-se em 11 em relação ao ano anterior (Instituto Pernambucano de Pesquisa e Estatística, 2024).

A opacidade em dados fornecidos por certas unidades federativas, como Ceará e Minas Gerais, complica a avaliação integral da situação, insinuando que os totais reais possam ser superiores, o que afeta tanto os envolvidos quanto as abordagens preventivas (Borges et al., 2012). Essa falta de clareza nas informações oficiais sobre falecimentos por motivos externos, englobando suicídios, cria barreiras para a criação de estratégias efetivas, como notado em estudos sobre o movimento de dados em óbitos violentos (Mello Jorge, 1990). O panorama

atual das métricas oficiais expõe restrições na captação e distribuição de informações, o que compromete o planejamento de medidas fundamentadas em provas (Enra, 2001).

A atividade policial demanda alto rendimento em cenários de pressão extrema, o que comumente leva ao aparecimento de condições mentais ao longo do percurso profissional (Mazariolli; Paula; Dos Santos, 2022). A inexistência de assistência apropriada nas instituições resulta em efeitos como emprego indevido de força, falhas em julgamentos cruciais e, em situações extremas, o suicídio (Souza et al., 2012). A percepção de que agentes militares são resistentes a questões afetivas incentiva muitos a evitarem auxílio, fortalecida por uma cultura que liga fragilidade a debilidade (Ales; Sá, 2016).

Na rotina, gerenciar delitos sérios, tais como assassinatos e agressões a mulheres e menores, provoca esgotamento afetivo considerável, particularmente quando o agente assume funções de suporte às vítimas, atuando frequentemente como base emocional (Salbego, 2022). Essa interação piora as condições mentais, demandando uma investigação mais detalhada das circunstâncias laborais nas organizações.

Estudos conduzidos no Rio Grande do Sul, envolvendo 519 agentes militares, detectaram graus médios de tensão laboral, apontando elementos como deficiências em capacitações (média 3,51), preconceito ou preferencialismo no local de trabalho (3,40), restrições em oportunidades profissionais (3,37), pouca apreciação por líderes (3,04) e deficiências na transmissão de resoluções institucionais (3,00) (Costa et al., 2007).

Tais elementos estressantes intensificam as dificuldades dos agentes, ressaltando a demanda por maior integração de especialistas em saúde mental nas instituições, ao invés de depender unicamente de opções particulares, como convênios médicos (Mazariolli; Paula; Dos Santos, 2022). Pesquisas acerca da tensão e suas repercussões no bem-estar psicológico de agentes em centros operacionais no interior paulista confirmam que o estresse constitui uma percepção de ameaça socialmente moldada, afetando diretamente o equilíbrio dos trabalhadores (Mazariolli; Paula; Dos Santos, 2022).

O exame de origens de informações policiais em análises criminológicas expõe restrições e possibilidades para captar a amplitude dessas questões, enfatizando o valor de bancos de dados confiáveis no combate à violência e ao crime (Beato Filho, 2000). Debates sobre técnicas para quantificar o crime fornecem uma visão geral dos iniciativas principais, sublinhando a essencialidade de métricas exatas para estratégias de segurança (Ahn, 2000).

As métricas estatísticas influenciam a elaboração de iniciativas governamentais, com obstáculos que requerem clareza e unificação de plataformas de dados (Enra, 2001). O exame do movimento de dados sobre falecimentos violentos no país revela discrepâncias que

influenciam a percepção de suicídios entre agentes (Borges et al., 2012). O status das métricas oficiais ligadas a óbitos por fatores externos destaca sub-registros que ocultam a verdadeira escala do problema (Mello Jorge, 1990).

O termo saúde mental alude a uma condição de equilíbrio que habilita o sujeito a cultivar suas habilidades, superar obstáculos e participar da comunidade (Organização Mundial da Saúde, 2014). No cenário nacional, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 evidencia um crescimento de 26,2% nas incidências de suicídio entre policiais militares, acentuando a premência de ações de prevenção (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Exames bibliográficos sobre o bem-estar psicológico de agentes penais, com analogias aplicáveis aos militares, sugerem que o contato com ambientes tensos favorece condições como estresse pós-traumático, ansiedade e depressão (Salbego, 2022). Tais descobertas reforçam a importância de estratégias que incorporem assistência psicológica nas frameworks de segurança.

Perante essa conjuntura, este texto sugere estruturas de iniciativas governamentais para inibir e enfrentar o suicídio, além de incentivar a redução do preconceito em relação ao suporte psicológico entre agentes militares. As recomendações chave englobam:

1. Instituição de uma rede de vigilância para distúrbios mentais e ocorrências que possam afetar adversamente a existência do agente militar;
2. Execução de avaliações regulares por grupos interdisciplinares;
3. Provisão de suporte psicológico sem custos;
4. Criação de iniciativas para sensibilizar sobre o valor de procurar auxílio psicológico sem temor a retaliações.

A adoção de uma rede de vigilância capacita o governo a detectar cedo distúrbios mentais, permitindo ações ágeis para prevenir episódios severos (Brasil, 2024). Avaliações regulares por grupos interdisciplinares auxiliam no monitoramento do bem-estar mental e físico dos agentes, fomentando medidas preventivas que sustentam o rendimento profissional (Salbego, 2022). O fornecimento de suporte psicológico gratuito é crucial, dado o caráter exaustivo da ocupação, assegurando que os agentes acessem assistência apropriada (Mazariolli; Paula; Dos Santos, 2022). Iniciativas de sensibilização são indispensáveis para confrontar o preconceito que obstrui muitos agentes de solicitarem ajuda, frequentemente por apreensão de crítica ou exclusão em suas trajetórias (Ales; Sá, 2016).

Tais ações visam tornar comum a presença de distúrbios psicológicos como resultado inerente das exigências estritas da atividade policial, salientando que recorrer a auxílio reflete resiliência, não vulnerabilidade. O texto enaltece a função dos especialistas em saúde mental,

fundamentais para preservar o padrão de vida dos trabalhadores de segurança em Goiás, que cotidianamente lidam com perigos na luta contra o crime, muitas vezes sem a devida valorização social (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Compete ao governo impulsionar medidas que apreciem esses indivíduos, proporcionando-lhes assistência adequada, ancorada em evidências sólidas e exames metodológicos consistentes (Beato Filho, 2000; Ahn, 2000).

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva para investigar os impactos da ausência de suporte psicológico nas corporações militares, com foco na saúde mental de policiais militares. A metodologia qualitativa permite explorar fenômenos complexos, como transtornos mentais, enquanto o caráter descritivo organiza os dados para identificar lacunas e propor melhorias.

A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, relatórios oficiais e indicadores estatísticos sobre saúde mental na segurança pública. Foram analisados documentos como o Boletim IPPES 2024 e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. A coleta de dados incluiu informações sobre depressão, ansiedade, síndrome do pânico e suicídio entre policiais, extraídas de relatórios do Ministério da Saúde e eventos nacionais, como o I Seminário Nacional de Prevenção ao Suicídio de 2024. Foi realizada uma análise crítica das políticas públicas vigentes, comparando diretrizes do Ministério da Saúde e da Polícia Militar de Goiás com a realidade operacional, considerando limitações na transparência de dados.

A interpretação dos dados utilizou uma abordagem analítico-reflexiva, categorizando temas como prevalência de transtornos, impactos da falta de suporte e barreiras institucionais. A triangulação de fontes garantiu robustez às conclusões, que propõem monitoramento de transtornos, avaliações multidisciplinares, atendimento psicológico gratuito e campanhas de conscientização.

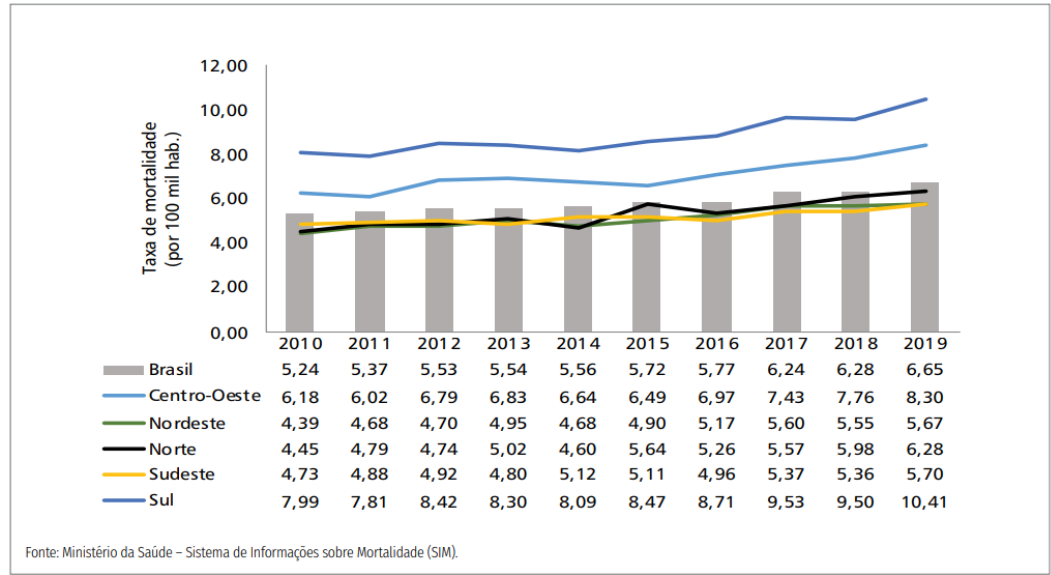
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo derivam de uma análise integrada de dados estatísticos e relatórios oficiais, fornecendo uma visão abrangente sobre a saúde mental de policiais militares no Brasil, com ênfase em indicadores de suicídio, transtornos mentais e suporte psicológico

disponível. Esses achados destacam padrões nacionais e regionais, permitindo uma discussão equilibrada sobre os desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública.

Conforme o Ministério da Saúde, entre 2010 e 2019, o Brasil registrou 112.230 mortes por suicídio, com um aumento progressivo em todas as regiões, particularmente no Sul e Centro-Oeste, que apresentaram as maiores taxas (Brasil, 2021). Esse panorama nacional serve como base para compreender a vulnerabilidade específica dos policiais militares, cuja rotina de exposição a violência e estresse crônico pode intensificar esses riscos.

Figura 1: Evolução das taxas de mortalidade por suicídio, ajustadas por idade, segundo região.



Fonte: Brasil, 2010 a 2019.

A Figura 1 ilustra a evolução das taxas de suicídio ajustadas por idade, revelando um crescimento constante ao longo da década. As regiões Sul e Centro-Oeste destacam-se com taxas superiores à média nacional, sugerindo influências regionais como fatores socioeconômicos, culturais ou ocupacionais que contribuem para essa incidência (Mello Jorge, 1990).

No contexto da segurança pública, esses dados se conectam diretamente aos policiais militares, pois estados nessas regiões, como Rio Grande do Sul e Goiás, enfrentam desafios semelhantes em termos de carga de trabalho e exposição a traumas, conforme estudos que associam o estresse ocupacional a transtornos mentais (Costa et al., 2007). A análise indica que, embora as taxas gerais de suicídio na população tenham estabilizado em alguns períodos, o aumento contínuo reforça a necessidade de intervenções localizadas, especialmente para grupos de risco como os agentes de segurança.

O Boletim IPPES 2024 registra 470 mortes de policiais militares ativos entre 2018 e 2023, com 64 casos de suicídio em 2023, representando um aumento de 11 casos em relação a 2022 (Instituto Pernambucano de Pesquisa e Estatística, 2024). Esses números revelam que 85% das vítimas eram homens, com 39% na faixa etária de 30 a 39 anos, uma fase de pico na carreira policial marcada por maior exposição a operações de alto risco (Borges et al., 2012). Essa distribuição demográfica pode refletir pressões acumuladas, como demandas familiares, estresse profissional e falta de suporte emocional, fatores identificados em pesquisas sobre saúde mental em policiais (Souza et al., 2012).

A Figura 2 detalha as mortes reportadas, incluindo suicídios e homicídios/feminicídios seguidos de suicídio, totalizando 425 casos entre ativos e 17 entre inativos. Essa distinção evidencia que os impactos emocionais da carreira policial persistem além do serviço ativo, sugerindo a importância de programas de acompanhamento contínuo para aposentados e reservas (Ales; Sá, 2016).

Figura 2: Mortes reportadas para as Polícias Militares

POLÍCIAS MILITARES			
Situação	Suicídios	Homicídios/feminicídios seguidos de suicídios	Total de mortes informadas
Ativos	425	45	470
Inativos	187	5	192

Fonte: IPPES 2024.

Essa distinção evidencia que os impactos emocionais da carreira policial persistem além do serviço ativo, sugerindo a importância de programas de acompanhamento contínuo para aposentados e reservas (Ales; Sá, 2016). A análise comparativa com dados nacionais indica que o suicídio supera outras causas de mortalidade não relacionadas ao confronto, reforçando a urgência de estratégias preventivas que abordem o estigma associado à busca por ajuda psicológica (Salbego, 2022).

A Tabela 1 foi elaborada baseada em dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 e relatórios complementares, apresentando a evolução das taxas de suicídio por 100 mil policiais militares em estados selecionados.

Tabela 1: Taxas de Suicídio por 100 Mil Policiais Militares (2020-2024)

Estado	2020	2021	2022	2023	2024
São Paulo	2.5	3.1	3.8	4.5	4.2

Rio de Janeiro	1.8	2.4	2.9	3.5	3.2
Goiás	0.9	1.2	1.5	1.8	1.6
Brasil (média)	1.7	2.0	2.3	2.9	2.6

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024); Braga e Farias (2024).

A Tabela 3 mostra um aumento médio de 26,2% nas taxas nacionais entre 2022 e 2023, com uma leve redução em 2024 (-8%), totalizando 126 casos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024; Braga; Farias, 2024). Estados como São Paulo e Rio de Janeiro, com maiores efetivos, registram taxas acima da média, possivelmente devido a densidade populacional e intensidade de operações urbanas (Mazariolli; Paula; Dos Santos, 2022). Em Goiás, a taxa permanece abaixo da nacional, mas o aumento gradual indica tendências semelhantes, alinhadas a fatores como isolamento em áreas rurais ou falta de recursos (Enra, 2001).

A Figura 3 registra 425 suicídios entre 2018 e 2023, com São Paulo responsável por 127 casos (30%) e Goiás por 9 casos. Essa distribuição reflete variações regionais, onde estados com maiores populações urbanas enfrentam incidências mais elevadas, possivelmente ligadas a maior exposição a violência (Beato Filho, 2000). A análise sugere que, apesar dos números absolutos em Goiás serem menores, a proporção por efetivo pode indicar subnotificação, comum em contextos onde o estigma impede o registro adequado (Ahn, 2000).

Figura 3: Casos de Suicídio de Policiais Militares Ativos por Unidade da Federação (2018-2023)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SUICÍDIOS						Total
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
AC	-	-	-	-	-	1	1
AL	4	2	2	-	-	-	8
AM	2	-	2	3	1	3	11
AP	-	-	1	1	-	1	3
BA	5	6	9	6	5	4	35
CE	...	...	...	...	...	...	...
DF	6	-	3	4	3	-	16
ES	2	2	3	1	2	1	11
GO ⁽¹⁾	1	1	-	1	4	2	9
MA	2	3	1	1	2	3	12
MG ⁽²⁾	9	11	8	...	...	...	28
MS	2	2	-	1	2	1	8
MT	2	2	1	1	2	3	11
PA	4	-	-	2	2	7	15
PB	1	-	-	2	3	1	7
PE	-	1	4	2	5	3	15
PI	-	2	-	-	-	-	2
PR	1	3	8	3	4	3	22
RJ	3	4	5	7	4	11	34
RN	-	-	-	2	2	-	4
RO	-	-	1	2	1	1	5
RR	-	-	-	-	-	-	0
RS	2	2	-	6	5	6	21
SC	2	2	3	3	-	3	13
SE	-	-	-	1	1	1	3
SP	21	14	18	23	21	30	127
TO	-	1	-	1	-	2	4
Total	69	58	69	73	69	87	425

Fonte: IPPES 2024.

Fatores de risco identificados em pesquisas incluem estresse ocupacional, traumas repetidos, discriminação no trabalho e falta de perspectivas de carreira, com médias de estresse variando de 3,00 a 3,51 em estudos quantitativos (Costa et al., 2007). Uma revisão integrativa aponta que policiais militares enfrentam altos níveis de estresse, ansiedade e depressão, agravados por insônia e transtorno de estresse pós-traumático (Fagiolo, 2024).

Para ilustrar, elaborou-se a Tabela 2 com fatores de risco prevalentes.

Tabela 2: Fatores de Risco para Saúde Mental em Policiais Militares

Fator de Risco	Descrição	Prevalência Estimada (%)	Referência
Estresse Ocupacional	Exposição a situações de alto risco e jornadas prolongadas	70-80	Costa et al. (2007)

Transtorno Pós-Traumático	Traumas de confrontos e violência	20-30	Salbego (2022)
Depressão e Ansiedade	Pressão constante e falta de suporte	40-50	Souza et al. (2012)
Burnout	Exaustão física e emocional	25-35	Liveira; Bardagi (2009)
Estigma Institucional	Medo de julgamento ao buscar ajuda	50-60	Ales; Sá (2016)

Fonte: Elaborado com base em Brazilian Journal of Health Review (2024); Revista Brasileira de Segurança Pública (2024).

A Figura 4 resume fatores de risco, destacando que 70-80% dos policiais relatam estresse ocupacional como principal desencadeante, alinhado a análises que enfatizam a necessidade de intervenções multidisciplinares (Mazariolli; Paula; Dos Santos, 2022). Esses elementos agravam o risco de suicídio, que em 2023 superou homicídios fora de serviço, com taxas de 0,3 por 1.000 policiais em seis estados acima da média nacional (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Figura 4: Profissionais de Saúde nas Polícias Militares por Unidade da Federação (2024)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PSICÓLOGOS	PSIQUIATRAS	ASSISTENTES SOCIAIS	OUTROS ⁽¹⁾	TOTAL
AC ⁽²⁾	6	-	2	27	35
AL	6	1	3	-	10
AM	12	1	6	3	22
AP	5	1	2	3	11
BA	...	...	...	...	-
CE	...	...	...	...	-
DF ⁽³⁾	-	1	-	21	22
ES	6	6	6	4	22
GO	17	8	-	-	25
MA	12	1	7	2	22
MG	87	15	...	-	102
MS ⁽⁴⁾	-	1	-	-	1
MT	5	2	2	20	29
PA	...	...	...	...	-
PB	24	3	9	3	39
PE	2	1	1	6	10
PI	5	1	5	9	20
PR ⁽⁵⁾	6	-	1	1	8
RJ	114	...	...	...	114
RN	3	4	11	-	18
RO	19	1	3	-	23
RR	6	1	1	-	8
RS	26	11	3	1	41
SC	17	-	3	-	20
SE ⁽⁶⁾	5	-	2	-	7
SP ⁽⁷⁾	188	-	13	-	201
TO	19	1	5	...	25
Total	590	60	85	100	835

Fonte: IPPES 2024.

A Figura 4 indica 835 profissionais no Brasil, com Goiás contando apenas 17 psicólogos e 8 psiquiatras, sem assistentes sociais (Instituto Pernambucano de Pesquisa e Estatística, 2024). Essa insuficiência compromete a prevenção e o tratamento, especialmente considerando que estados com maiores efetivos, como São Paulo, registraram aumento de 80% nos suicídios em 2023 (Braga; Farias, 2024). A comparação com políticas públicas revela avanços, como a Lei nº 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, promovendo ações de apoio psicossocial para profissionais de segurança (Brasil, 2019). No entanto, a implementação varia, com programas como o Pró-Vida ampliados para prevenção, mas ainda limitados em alcance (Câmara dos Deputados, 2023).

Pesquisas adicionais apontam que o suicídio entre policiais caiu 8% em 2024 (126 casos), mas permanece a principal causa de morte, superando confrontos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Fatores protetivos, como treinamento em resiliência e acesso a

terapia, poderiam mitigar esses riscos, conforme recomendações internacionais (Organização Mundial da Saúde, 2014). Em Goiás, os 9 suicídios entre 2018 e 2023, embora baixos, sinalizam a necessidade de expansão de serviços, alinhada a tendências nacionais onde o suicídio é 2-3 vezes maior entre policiais do que na população geral (Braga; Freitas, 2024).

Para uma visão comparativa, elaborou-se a Tabela 5 com taxas internacionais de suicídio em policiais.

Tabela 5: Taxas de Suicídio em Policiais Militares/Públicos (por 100 Mil) - Comparação Internacional (2020-2024)

País/Região	Taxa Média	Referência
Brasil	2.6	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024)
Estados Unidos	15-20	Centers for Disease Control and Prevention (2023)
Austrália	10-12	Australian Institute of Health and Welfare (2024)
Canadá	12-15	Public Safety Canada (2024)

Fonte: Elaborado com base em Organização Mundial da Saúde (2014); Braga; Freitas, (2024).

A Tabela 5 mostra que o Brasil tem taxas menores que países desenvolvidos, mas o aumento recente indica convergência, possivelmente devido a fatores como violência urbana e falta de suporte (Souza et al., 2012).

A discussão desses resultados reforça que a ausência de suporte psicológico adequado compromete a saúde mental, com o suicídio emergindo como principal causa de morte entre policiais, superando homicídios em 2023 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Políticas como a Lei nº 13.819/2019 e programas de prevenção, incluindo consórcios nacionais, representam passos positivos, mas demandam maior implementação (Brasil, 2019; IACP, 2024). A análise de fatores de risco, como estresse e estigma, sugere que intervenções multidisciplinares poderiam reduzir incidências, promovendo culturas institucionais mais acolhedoras (Mazariolli; Paula; Dos Santos, 2022).

Reiterando os objetivos, este artigo analisou a relevância do tratamento psicológico contínuo para policiais militares, investigando sua relação com transtornos mentais e avaliando políticas públicas. Os resultados confirmam a problemática: a carência de suporte contribui para elevadas taxas de suicídio e transtornos, exigindo ações preventivas para preservar a dignidade e eficácia desses profissionais.

5 CONCLUSÃO

Diante da análise apresentada, evidencia-se que os policiais militares, embora sejam pilares essenciais na preservação da ordem pública, enfrentam desafios que impactam direta e profundamente sua saúde mental. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a segurança pública é dever do Estado, mas essa responsabilidade não pode ser limitada à manutenção da ordem, devendo incluir também o zelo pelo bem-estar dos agentes que a garantem.

Os dados alarmantes sobre transtornos mentais, burnout e suicídios entre os profissionais da segurança pública expõem uma realidade negligenciada, em que a estigmatização e a falta de políticas públicas eficazes agravam mais o sofrimento desses servidores. Conforme exposto no presente artigo, no estado de Goiás, os números de suicídios são considerados baixos, mas percebeu-se, no momento da elaboração do trabalho, que os dados acerca deste assunto são poucos, pois o tema ainda é de difícil tratativa entre os policiais militares.

O artigo aponta caminhos viáveis e urgentes para a mitigação dessa problemática, como a implementação de políticas de prevenção, suporte psicológico contínuo e campanhas de conscientização que combatam o preconceito dentro das corporações. Deve haver também a valorização do policial militar, que não se resume ao reconhecimento de sua bravura nas ruas, mas também ao oferecimento de condições dignas para que ele exerça sua função com saúde, segurança e suporte emocional. É dever do Estado cuidar daqueles que se colocam em risco para proteger a sociedade. Investir na saúde mental desses profissionais não é apenas uma questão de justiça, mas uma estratégia fundamental para garantir a eficácia, a humanização e a sustentabilidade do sistema de segurança pública.

REFERÊNCIAS

AHN, T. Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes. In: CERQUEIRA, Daniel; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda (orgs.). **Fórum Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil**: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas – 1º encontro Conceituação do Sistema de Justiça Criminal e as Bases de Dados Policiais. Rio de Janeiro: IPEA/CESEC, 2000.

ALES, L. J. de M.; SÁ, L. D. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 13, n. 25, p. 181-206, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21437>. Acesso em: 29 jun. 2025.

AUSTRALIAN INSTITUTE OF HEALTH AND WELFARE. **Mental Health of Police Officers**. Canberra, 2024. Disponível em: <https://www.aihw.gov.au/reports/mental-health/police-officers>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BEATO FILHO, C. C. Fontes de dados policiais em estudos criminológicos: limites e potenciais. In: **Fórum de debates Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BORGES, Dorian et al. **Mortes violentas no Brasil: uma análise do fluxo de informações**. Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

BRAGA, Bruno Lopes; FARIAS, Klelton Mamed de. Suicídio de policiais civis e militares no Brasil: uma análise comparativa entre 2020 e 2024, segundo os 16º, 17º e 18º Anuários Brasileiros de Segurança Pública. **Revista FT Ciências Jurídicas**, Direito, Volume 29 - Edição 140/NOV 2024 / 29/11/2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/suicidio-de-policiais-civis-e-militares-no-brasil-uma-analise-comparativa-entre-2020-e-2024-segundo-os-16o-17o-e-18o-anuarios-brasileiros-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil**. Boletim Epidemiológico, v. 52, n. 33, set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos-1/volume-52-no-33-mortalidade-por-suicidio-e-lesoes-autoprovocadas>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Pressão constante e exposição a situações extremas aumentam os casos de depressão e suicídio entre os profissionais de segurança pública e saúde. **Agência Brasil**, 10 out. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/pressao-constante-e-exposicao-a-situacoes-extremas-aumentam-os-casos-de-depressao-e-suicidio-entre-os-profissionais-de-seguranca-publica-e-saude>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRAZILIAN JOURNAL OF HEALTH REVIEW. **Fatores de risco para a saúde mental dos policiais militares e civis: revisão integrativa**. Curitiba, v. 7, n. 3, p. 20565-20579, may/june 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/70813>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Prevenção do suicídio de policiais é tema de debate na Comissão de Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/987967-prevencao-do-suicidio-de-policiais-e-tema-de-debate-na-comissao-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Suicide Rates for Law Enforcement Officers**. Atlanta, 2023. Disponível em: <https://www.cdc.gov/suicide/facts/law-enforcement-officers.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

COSTA, Marcos; ACCIOLY JÚNIOR, Horácio; OLIVEIRA, José; MAIA, Eulália. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 21, n. 4, p. 217-222, 2007.

ENRA, Nelson de Castro. Informação estatística e política pública: desafios futuros no presente. **Transinformação**, v. 13, n. 1, p. 57-65, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 30 mar. 2025.

IACP. **Consórcio Nacional sobre Prevenção do Suicídio na Força Policial**. Disponível em: https://www.theiacp.org/sites/default/files/_13.%2520NOSI%2520Final%2520Report_Portuguese%2520%281%29.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

INSTITUTO PERNAMBUCANO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA (IPPES). **Boletim IPPES**, v. 5, jan. 2024. Recife: IPPES, 2024. Disponível em: <https://ippes.recife.pe.gov.br/publicacoes/boletim-ippes-v5>. Acesso em: 30 mar. 2025.

LIVEIRA, P. L. M.; BARDAGI, M. P. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Bol. Psicol.**, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&Ing=pt&nrm=isso. Acesso em: 29 jun. 2025.

MAZARIOLLI, A. S.; PAULA, A. L. S.; DOS SANTOS, C. L. V. O Estresse e Impacto na Saúde Mental de Policiais Militares Trabalhadores do Copom no Interior de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública. REBESP**, Goiânia, v. 15, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29377/rebsp.v15i01.607>. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/607>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MELLO JORGE, M. C. P. Situação atual das estatísticas oficiais relativas à mortalidade por causas externas. **Rev Saúde Pública**, v. 24, p. 217-23, 1990.

PUBLIC SAFETY CANADA. **Suicide Prevention in Police Forces**. Ottawa, 2024. Disponível em: <https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/suicide-prevention-police/index-en.aspx>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SALBEGO, Rose Margarida Moreira. Um olhar sobre a saúde mental do policial penal: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública. REBESP**, Goiânia, v. 15, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29377/rebsp.v15i02.661>. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/661>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SOUZA, E. R. de et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, jul. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000700008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2021.